

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 32 • nº 128
outubro/dezembro – 1995

Editor:

João Batista Soares de Sousa, Diretor

Estado, sociedade e participação

Perspectivas socialistas

SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA

1. São três notícias de jornal, iguais a dezenas, ou centenas, que se publicam todos os dias. De acordo com a primeira, reduz-se rapidamente o número de idiomas falados no mundo; diz, a segunda, que morrem jornais com a mesma rapidez, expandindo-se grupos monopolísticos da mídia; a terceira informa sobre o crescimento do desemprego na Europa e a preferência do operariado pela preservação do emprego, ao invés de lutar por melhorias salariais.

Três fatos distintos que, à sua maneira, traduzem a concentração crescente do poder econômico e cultural. Internacionalizada a economia, estabeleceu-se uma nova ordem mundial, em que os oligopólios transnacionais possuem mais poder do que a maioria dos governos. Dominando as finanças, o processo produtivo e a mídia, eles têm condições de impor políticas aos parlamentos e aos executivos nacionais.

Seria incorreto tomar a existência de uma única e soberana potência militar – cuja eficiência experimentamos na guerra do Golfo – como característica básica dessa nova ordem mundial.

Era de César a efígie cunhada no denário apresentado, na Palestina, a Jesus. Atrás das legiões romanas caminhavam a moeda e o idioma latino, buscando uma unidade fundada no poder militar, mas não, como hoje, na dependência econômica. Vivemos três décadas assombrados pela perspectiva de um conflito nuclear entre as duas grandes potências. No fim, os *jeans* e a *Coca-Cola* liquefizeram a República Democrática Alemã e a União Soviética. Rompido seu isolamento, integram-se seus povos naquilo que os jornais não se cansam de denominar como a “comunidade internacional”.

“Integração” passa a ser, a nível internacional, uma palavra-chave tão importante

Sérgio Sérvulo da Cunha é advogado.

Apresentado à Conferência de Advogados Socialistas, realizada em agosto de 1994, no Rio de Janeiro.

quanto, a nível nacional, a “desregulamentação”, ou a “desestatização”. Dão-se, a toda hora, os exemplos da Comunidade Económica Europeia, e do Mercosul. O prefixo “des” é revelador. Mais do que um programa, essas palavras indicam as duas faces de um movimento, de fora para dentro, que integra dissolvendo. O fraccionamento do Leste – o caso alemão à parte – é a dissolução da unidade federativa de povos que ver-se-ão a braços, amanhã, com a mais nova palavra-chave: “desnacionalização”.

O Mercosul é típico: uma integração regional que estimula a desintegração nacional. No Brasil, a insistência na realização da revisão constitucional decorreu do fracasso do “emenda” de Collor. Vocês ainda se lembram? “Flexibilização”, “privatização”, “desregulamentação”, possibilidade de falência de empresas estatais, cobrança de impostos por particulares, reforma eleitoral etc.

Boa tarefa para os jornais – se jornais tivéssemos – seria identificar a matriz dessas propostas que sob os mesmos nomes, com o mesmo indistinto teor, circulam pelos parlamentos e gabinetes sul-americanos; ou rastrear as personalidades – como Margareth Thatcher, por exemplo – que periodicamente nos visitam oferecendo receitas de sucesso, a par de críticas à nossa incompetência gerencial.

2. O fato é que, ao nos darmos conta dessa guerra, ela já está em curso há muito tempo. Outros – que só agora conseguimos entender – nos advertiram a seu respeito. É de 1960 o livro de Marcuse sobre a “Ideologia da sociedade industrial”, em que nos fala sobre a “sociedade unidimensional”. Nesta, as formas comuns de pensamento são criadas menos pelas tradicionais agências ideológicas – escolas, mídia, família, igrejas – do que pelas próprias formas concretas de vida; seu traço onipresente é o conformismo.

Em 1960 – é bom recordar – o pensamento médio da esquerda brasileira considerava o socialismo como a propriedade estatal dos meios de produção, alcançável pela revolução nacional-operária.

O liquidificador unidimensional, operando durante esses anos, criou aqui três classes, que se distinguem segundo um critério econômico-cultural: a classe influente, a classe defluente e a classe afluyente. A classe defluente é aquela para a qual – não obstante com lugar apenas nas estatísticas criminais – se reservou um

papel económico – o de pressionar para baixo os salários – e um papel eleitoral: o de fornecer o voto populista. A classe afluyente – jovens, assalariados, profissionais médios – é a hipnotizada pelo brilho e facilidades da vida moderna: as telecomunicações, a informática, os *shoppings*, os *franchisings*: tudo que fornece a ilusão de fruição, poder e bem-estar contínuo. Espelinhos, com que os índios compraram dos portugueses, no passado, a sua perdição.

Há uma interpretação económica para o assalto neocolonial às posições do Estado: a necessidade da expansão capitalista. Mas é possível uma outra interpretação, política ou estratégica: a de que o Estado, não obstante criatura da burguesia, gerou setores de poder autónomo que é importante desmobilizar, como se desmobilizaram o operariado fabril, a intelectualidade, e setores médios ativos politicamente (v.g. jornalistas, professores).

Assim, é cada vez mais difícil fazer oposição, na medida em que é cada vez mais difícil pensar criticamente, ou agir independentemente. Desfazem-se os mecanismos de solidariedade, a individualidade naufraga. Os comportamentos moldam-se segundo filosofias práticas: cinismo (classe influente), hedonismo (classe afluyente), estoicismo (classe defluente).

Setores de esquerda mais consequentes, convencidos da impossibilidade prática da revolução, reduzem sua perspectiva à conquista de um patamar democrático mínimo, que permita transformações graduais. Submergem nos becos da via eleitoral partidária, que os países desenvolvidos já bloquearam através da “reforma eleitoral” (voto facultativo, monopartidarismo induzido pelo voto distrital). A fragmentariedade social confina as idéias, as propostas e os compromissos no âmbito local ou profissional (corporativo). Nada nos une. Tudo nos separa, a não ser o consumo.

Militantes tradicionais rendem-se não apenas à inevitabilidade dos fatos ou às necessidades pragmáticas, mas, levando mais adiante sua capitulação, aderem intelectualmente ao neoliberalismo, como sendo a única alternativa histórica possível.

3. Essa atitude reclama um duplo questionamento, do ponto de vista científico e do ponto de vista ético.

Sob o primeiro aspecto, a racionalização do conformismo criou uma nova teoria da imutabilidade social. Assim como, no passado, devia-se aceitar a ordem natural preestabelecida, esta-

ríamos agora diante de um novo determinismo, de origem não investigada. É como se tivéssemos recuado à idade pré-moderna. Com efeito, o dado primordial da modernidade é o reconhecimento da autonomia do homem, que constrói a sociedade. Essa visão do iluminismo, adensada pela sociologia clássica, tornou-se patrimônio do socialismo, como teoria da ação libertadora do homem. O socialista, por isso, não é nem pré, nem pós-moderno, mas literalmente moderno.

Mais do que a proposição científica, de que o homem constrói a sociedade, identificamos a atitude ética da qual essa proposição é indissociável. Somos capazes de compreender o hedonista e o estóico, porque reconhecemos o prazer e a dor como elementos nucleares da experiência humana. Mas recusamos o absolu-

tismo, ou exclusivismo, de uma e de outra concepção. O fato de sermos construtores da história nos torna responsáveis por ela; e nos incompatibiliza com o cinismo, com o genocídio, com a opressão; como o grande holocausto branco, em que não o gás mata, mas a fome, a doença e o desespero.

Não cremos que este seja o preço necessário da difusão tecnológica. Nem acreditamos que, para a edificação da ordem internacional, seja preciso suprimir as contribuições nacionais, enquanto vigentes e válidas.

Não vivemos neste século – em que tantas esperanças se sepultaram – a ponto de pretender que todos os homens possam ser, desde já, livres, iguais e solidários. Mas não abdicamos, ainda, da nossa humanidade.